

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBGE**

**Agente de Pesquisa por Telefone**

NV-009AG-23-IBGE-AGENTE-PESQ-TELEF  
Cód.: 7908428806125



Amostra grátis da apostila IBGE. Para adquirir o material completo, acesse [www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br).

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ <b>COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS</b> .....	9
■ <b>RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS</b> .....	11
■ <b>DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL</b> .....	20
■ <b>DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL</b> .....	22
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL .....	22
■ <b>EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS</b> .....	26
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS .....	37
■ <b>DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO</b> .....	47
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	53
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO .....	53
■ <b>EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO</b> .....	56
■ <b>CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL</b> .....	58
■ <b>REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL</b> .....	63
■ <b>EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE</b> .....	65
■ <b>COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS</b> .....	66
■ <b>REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO</b> .....	67
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO, REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO E REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE .....	67
■ <b>SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS</b> .....	69
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO.....	81
■ <b>PRINCÍPIOS DE CONTAGEM</b> .....	81
RAZÕES E PROPORÇÕES.....	84
REGRAS DE TRÊS SIMPLES .....	87
PORCENTAGENS .....	88

EQUAÇÕES DE 1º E DE 2º GRAUS .....	90
■ SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS .....	91
■ PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E GEOMÉTRICAS .....	92
■ FUNÇÕES E GRÁFICOS .....	96
OPERAÇÕES COM CONJUNTOS.....	110
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES.....	115
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	126
PROPOSIÇÕES SIMPLES .....	126
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	127
TABELAS-VERDADE .....	127
EQUIVALÊNCIAS.....	132
LEIS DE MORGAN .....	134
DIAGRAMAS LÓGICOS .....	135
LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM.....	136
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE .....	140
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	146
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	179
■ CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE.....	179
■ LEI Nº 8.112, DE 1990 E SUAS ALTERAÇÕES (ART. 116, INCISOS I A IV, INCISO V, ALÍNEAS A E C, INCISOS VI A XII E PARÁGRAFO ÚNICO; ART. 117, INCISOS I A VI E IX A XIX; ART. 118 A ART. 126; ART. 127, INCISOS I A III; ART. 132, INCISOS I A VII, E IX A XIII; ART. 136 A ART. 141; ART. 142, INCISOS I, PRIMEIRA PARTE, II E III, E § 1º A § 4º).....	179
CONHECIMENTOS GERAIS.....	187
■ RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE, A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE .....	187
A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E A REDEFINIÇÃO NAS RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE .....	187
O PAPEL DO ESTADO E DAS CLASSES SOCIAIS E A SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL (URBANIZAÇÃO) BRASILEIRA .....	188
A CULTURA DO CONSUMO .....	188

O BRASIL DIANTE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS (AQUECIMENTO GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL).....	189
■ GLOBALIZAÇÃO .....	190
BLOCOS ECONÔMICOS .....	190
CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO .....	191
ETAPAS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....	191
BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO .....	192
■ HISTÓRIA DO BRASIL: ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA DO BRASIL DE 1930 AOS DIAS ATUAIS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA; ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA .....	193
■ NOÇÕES DE GEOGRAFIA URBANA.....	197
■ FORMAÇÃO TERRITORIAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	198
■ DINÂMICA DA POPULAÇÃO: MIGRAÇÕES POPULACIONAIS, ÁREA DE CRESCIMENTO E DE PERDA POPULACIONAL .....	201
■ O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E EXTRATIVAS .....	202
■ FONTES ALTERNATIVAS E ENERGIA NO BRASIL.....	204

# CONHECIMENTOS GERAIS

## RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE, A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE

### A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E A REDEFINIÇÃO NAS RELAÇÕES ENTRE CAMPO E CIDADE

O Capitalismo é o sistema socioeconômico vigente em quase todo o mundo; seu início foi século XV, a partir da crise do modelo feudal de produção e com o aumento de desenvolvimento das práticas comerciais. Está dividido nas seguintes fases:

- **Capitalismo Comercial:** século XV ao XVIII

Destaque para o crescimento das práticas comerciais, intensificadas pelo processo conhecido como Expansão Marítima Comercial Europeia, marcada pela conquista de territórios na América.

- **Capitalismo Industrial:** século XVIII e XIX

Caracterizado por um conjunto de transformações tecnológicas e políticas impulsionadas pela Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra em meados de 1750.

- **Capitalismo Financeiro:** século XX

Fundamentou-se principalmente após o término da 2ª Guerra Mundial, quando as grandes corporações (bancos, empresas etc.), ganharam forças, e se expandiram por várias localidades do mundo.

- **Capitalismo Informacional**

Para alguns teóricos, este estágio atual não é considerado como uma fase do sistema capitalista, mas, sim, um momento específico da fase anterior (Capitalismo Financeiro). A primeira vez em que a definição de Capitalismo Informacional entrou em discussão foi em meados dos anos 90, com mais precisão, em 1996, quando o sociólogo espanhol Manuel Castells publicou o seu livro denominado *A Sociedade em Rede*, que tratava de uma abordagem a respeito da revolução tecnológica que a humanidade passou nos últimos anos.

Neste momento do sistema capitalista (Informacional), temos o processo de globalização com maior destaque, proporcionado pelo avanço e desenvolvimento das tecnologias de informação, na maior ocorrência de fluxos de informações, capitais, pessoas, mercadorias e bens.

De acordo com Castells, as transformações tecnológicas que o mundo vem passando estão provocando mudanças nas práticas culturais dos seres humanos, assim como mudanças sociais, estabelecendo, assim, uma nova estruturação social em nível mundial. Além dessa fase estar marcada pelo avanço do processo de

globalização, podemos destacar também avanços na área da informática, computadores, telefones digitais, robótica e *internet*.

A denominação Capitalismo Informacional está diretamente ligada à formação da Sociedade da Informação, também chamada de **Era da Informação**. No âmbito social, o maior fluxo de informações realizadas via *internet*, e o processo de dependência tecnológica, impulsionada pelo uso de redes sociais, permitem-nos obter um volume maior de informações de forma mais rápida e acelerada, quase de forma simultânea e instantânea.

O uso dessas tecnologias, conforme dito anteriormente, configura uma nova estrutura social. Além disso, podemos destacar o processo de mundialização da produção e a intensificação das relações comerciais entre as diferentes nações.

As transformações ocorridas no espaço geográfico mundial ocorrem em momentos históricos distintos e em diferentes localidades, provocando, assim, novas formas de relacionamento entre o meio urbano e o meio rural ou como podemos denominar novas urbanidades e novas ruralidades.

A **cidade** representa a centralidade de uma organização macro em relação às questões econômicas e sociais, concentrando os serviços e produtos que serão consumidos tanto pelas populações das cidades como pelas populações do campo (que nem sempre consegue produzir tudo que é necessário para o seu consumo).

Dessa forma ocorre um processo de **hierarquia socioespacial** entre campo e cidade. A cidade do mundo moderno é responsável por movimentar a vida dos homens como se fossem máquinas integrantes da engrenagem de funcionamento estrutural; a vida e as ações são determinadas pelo tempo, que se torna cada vez mais rápido. Porém, o **campo** está cada vez mais modernizado e mecanizado, e também se inseriu e promoveu a adesão de técnicas e práticas determinadas pelo ritmo produtivo do mundo globalizado.

O processo que determinou as mudanças ocorridas no meio rural ficou conhecido como **Revolução Verde**, um conjunto de alterações no processo produtivo do campo com a inserção de máquinas e insumos agrícolas para dar uma nova dinâmica à produtividade. Dessa forma, os produtos do campo são transformados nas cidades (nas fábricas), e retornam como mercadoria, que é revendida aos consumidores. Os complexos industriais fazem suas imposições às cidades com sua lógica que está focada no processo produtivo, e os espaços urbanizados transformam-se em *locus* da produção, das relações políticas e culturais.

Nessa nova forma de organização social, que dita as relações entre campo e cidade, os produtos deixam de possuir seus valores originais e são determinados e valorizados pelo valor de troca que possuem. O homem rural está cada vez mais subordinado à dinâmica do meio industrial e de suas fábricas, porque tudo que o homem rural ou do campo produz passa a ser transformado e ter seus valores acrescidos.

Para encerrar, pode-se afirmar que o **campo** e as **cidades** são formas **concretas**, que materializam um padrão ou modo de vida, e os meios **urbano** e **rural** são considerados **representações sociais**. A fluidez do mundo globalizado e integrado torna o processo cada vez mais artificializado; o mundo urbano e artificial não existe sem o processo produtivo que ocorre no meio rural – os dois meios estão cada vez mais integrados e interligados.

De acordo com a sociologia, podemos compreender o conceito de classe social como uma fragmentação social e econômica do mundo gerido e estruturado pelo sistema capitalista. Nos mais diversos grupos sociais, existem hierarquias que determinam diferentes cargos dentro da chamada divisão social do trabalho. A partir desse contexto organiza-se o fenômeno que proporciona essa divisão, chamado de **estratificação social**.

O Estado tem como principal papel exercer sua autoridade, vinculada ao poder de dominação, determinando as normas coletivas da vida em sociedade. Essa legitimação exercida pelo Estado garante que os cidadãos tenham uma estrutura à qual recorrer quando for necessário.

O poder público, subtende-se, é regulado e mantido através de uma totalidade de membros da sociedade civil de um Estado e, para que a manutenção dos direitos seja garantida, é necessária a adoção do princípio da isonomia – no qual todos os cidadãos perante a Lei são submetidos às mesmas regras de convivência, assim como às mesmas possibilidades de sanções ou punições. O Estado atua como agente regulador, fiscalizador na execução das leis e da manutenção da ordem.

A sociedade urbano-industrial no Brasil passou e vem passando por transformações desde meados do século XX; essa nova configuração do espaço geográfico brasileiro veio acompanhada de aspectos positivos e negativos.

Os pontos **positivos** são as mudanças sociais consideráveis como, por exemplo, a **queda da mortalidade infantil** (o número de crianças mortas antes de completar 1 ano de vida caiu de 150 mortes para cada mil nascidos vivos, em 1940, para 7,1, em 2019); ocorreu **aumento da expectativa de vida** (40,7 anos de vida, em média, em 1940, para 76,6 anos, em 2019); houve também **queda na taxa de fertilidade** (6,16 filhos por mulher fértil, em 1940, para 1,94 filhos, em 2017), assim como também ocorreu **aumento do nível de escolaridade** entre os cidadãos brasileiros (55,9%, em 1940, para 6,6%, em 2019).

Dentre os pontos positivos, podemos destacar também a **ampliação de serviços básicos** para a população, como saneamento básico e a coleta de lixo domiciliar, embora entre esses indicadores alguns deixem a desejar na atual conjuntura que vivemos.

O processo de urbanização no Brasil criou a dependência das pessoas em relação às cidades; os habitantes de zonas rurais foram praticamente obrigados a migrar por conta do processo de mecanização do campo (que gerou um exército de desempregados em áreas rurais). Ao migrar para os centros urbanos, a força de trabalho que até então estava direcionada para a produção de bens para seu sustento agora está voltada para atender a demanda de trabalho das atividades industriais. O cidadão que até então consumia produtos que eram fruto do seu trabalho, agora utiliza o dinheiro para intermediar a compra do que é necessário para sua sobrevivência.

Um problema a ser destacado com o processo de urbanização é a questão **fundiária** nos ambientes urbanos: a população brasileira se distribui de maneira irregular pelo território nacional, causando um inchaço populacional na região Sudeste e grandes vazios demográficos na região Norte.

Os problemas nos grandes centros urbanos multiplicaram-se, tendo vista que o processo de urbanização no Brasil foi acelerado e desigual, causando uma série de disparidades regionais que estão muito longe de serem sanadas.

Outro problema enfrentado nos grandes centros urbanos brasileiros tem relação com a **mobilidade**: a cultura consumista do uso de automóveis particulares sobressaiu-se em relação às políticas públicas para transporte de passageiros.

A supervalorização de terrenos causada pela **especulação imobiliária**, provocada pelo elevado número de pessoas nas áreas urbanas, causa maior ocupação das periferias em detrimento das áreas mais centralizadas (que possuem maiores valores para os terrenos). As populações de renda mais baixa são praticamente obrigadas a ocupar as áreas mais afastadas da região central, causando o fenômeno da formação de **periferias** e, em algumas capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, um intenso processo de **favelização** – ocupando espaços que são inadequados para a construção de moradias.

São também exemplos de problemas causados pela urbanização desenfreada: as questões **ambientais**; as **ocupações** de forma irregular (encostas de morros, áreas destinadas à preservação ambiental); a dificuldade de **escoamento** das águas superficiais (os solos estão quase em sua totalidade impermeabilizados e compactados – asfaltamento); a **poluição** (sonora, visual, produção de lixo e descarte de forma inadequada); a falta de **saneamento básico**; enchentes, alagamentos, enxurradas e formação de ilhas de calor.

Para que os problemas urbanos sejam amenizados com o tempo, são necessários projetos e políticas públicas que busquem mudar o sistema de transportes, a forma de usar e ocupar os solos (rurais ou urbanos), controlar o processo de especulação imobiliária e promover políticas de redução da desigualdade social e inserção das populações mais pobres que estejam à margem da sociedade. O caminho a ser trilhado é longo e árduo.

De acordo com dados do IBGE, cerca de 84,4% da população brasileira vive em áreas urbanas, e 15,6% vive em áreas rurais. O processo de urbanização do país é recente: até meados dos anos 60, a maioria da população vivia em áreas rurais. Os fatores que contribuíram para esse processo de urbanização de forma acelerada são:

- processo de industrialização do país;
- mecanização do campo – substituindo a mão de obra humana pelas máquinas;
- elevada concentração fundiária que o país possui desde os tempos coloniais, agravada com o decorrer dos anos;
- migração das áreas rurais para as áreas urbanas;
- crescimento populacional do país.

O processo de urbanização do país provocou um aumento no número de cidades. Ocorreu o processo acelerado de formação de metrópoles nacionais e, conseqüentemente, a **macrocefalia urbana** (inchaço das cidades).

Hoje, ocorre de forma gradual o processo de **desmetropolização**.

## A CULTURA DO CONSUMO

A cultura do consumo pode ser compreendida como um processo social de afirmação e diferenciação, com características progressistas, de um mundo modernizado no qual seus cidadãos sejam livres e ajam de forma racional.

O consumo está ligado à ação de adquirir bens de acordo com nossas necessidades. Porém, apesar do consumo fazer parte de nossa sociedade, o que ocorreu foi o fenômeno da **potencialização** das  **vendas** em larga escala. Com a expansão das economias industriais e o aumento do salário médio dos trabalhadores, houve aumento também no acúmulo de renda por parte deles, com conseqüente aumento no consumo de bens.

Esse é o ciclo característico da sociedade capitalista. Porém, começou a ocorrer uma **alienação** em relação às práticas e formas de consumo. Os indivíduos começaram a consumir e adquirir produtos sem necessidade, sem realmente precisar deles: a compra passou a ser realizada pelo **desejo**, não pela necessidade. A compra de forma compulsiva causa o **consumismo**; o cidadão passa ter nesse ato uma forma de sentir felicidade e prazer, mesmo que de forma momentânea.

De acordo com estudos realizados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em cada dez brasileiros, cerca de três tem no consumo exagerado e descontrolado uma de suas atividades preferidas. Nessa pesquisa, cerca de 40,2% dos entrevistados que pertenciam às classes A e B compravam sem necessidade, como forma de aliviar as tensões e os estresses do dia a dia. Em outra pesquisa, indivíduos pertencentes às classes C e D também disseram comprar por impulso, porém, agiam motivados pelas famosas promoções.

Nos padrões de comportamento criados por nossa sociedade, ser bem sucedido passou a significar poder comprar. Assim, muitos cidadãos confundem **poder de compra** com **qualidade de vida**, o que são conceitos bem distintos.

Para que o indivíduo tenha qualidade de vida, não é obrigatório possuir elevado padrão de compra. Dessa forma, os indivíduos das outras classes sociais, como forma de se adequarem a padrões e normas impostas pela sociedade de consumo, passaram a sonhar com o consumo como forma de satisfazer seus desejos.

Porém, nem todos conseguem ter acesso a itens mais caros e, em alguns casos, os cidadãos passam a adquirir bens e realizar despesas superiores aos seus rendimentos como forma de satisfazer seus desejos, o que causa endividamento de partes da população, assim como o agravamento das desigualdades sociais existentes em nosso país.

Para amenizar os efeitos da sociedade do consumo, é necessário promover políticas públicas de igualdade social, inserção social de indivíduos de classes menos favorecidas, políticas de gerenciamento de finanças pessoais e formas de consumo de maneira sustentável.

A **educação financeira** é um dos caminhos para amenizar essa questão. Porém, para que tenhamos em nossa sociedade indivíduos que consumam de maneira mais consciente, tomando decisões corretas durante as compras, é necessário um processo de médio e longo prazo; como vivemos em uma sociedade cada vez mais imediatista, é bem provável que a cultura do consumo em massa permaneça nela por um longo período.

#### O BRASIL DIANTE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS (AQUECIMENTO GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

A problemática ambiental cada vez mais vem fazendo parte das discussões entre governantes, chefes de Estado, organizações não governamentais etc. Na pauta dessas discussões, podemos destacar o aquecimento global e o desenvolvimento sustentável.

O termo **aquecimento global** está relacionado ao processo que provoca o aumento da temperatura média do planeta; esse fenômeno é causado pela emissão e concentração de gases poluentes na atmosfera, principalmente dióxido de carbono, óxido nítrico e os gases clorofluorcarbonos (CFC), gases relacionados ao efeito estufa da atmosfera terrestre.

O aumento dos gases do efeito estufa está diretamente relacionado com a queima de derivados de combustíveis fósseis e de madeira. Como aspecto que contribui para o agravamento desse problema está o desmatamento das florestas pelo mundo; a vegetação exerce papel extremamente importante, juntamente aos oceanos, como agente dissipador e de absorção dos gases poluentes depositados em excesso na atmosfera.

No século XX, houve o maior aumento das temperaturas médias do planeta desde a última glaciação: em torno de 0,7° C nos últimos 100 anos.

O órgão responsável pelos estudos relacionados as mudanças climáticas é o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Após a realização de vários estudos, ele prevê que as temperaturas nas próximas décadas sejam ainda mais elevadas.

De acordo com estudos realizados pelo órgão, as chances de um aumento nas temperaturas médias durante o século XXI girarem em torno de 2° C a 4,9° C estão em torno de 90%. Essas alterações já seriam suficientes para causar problemas ambientais com gravidade elevada e praticamente impossíveis de serem revertidos; assim, o aquecimento global é um dos mais urgentes assuntos da pauta ambiental.

O aumento na concentração de gases estufa é responsável pela mudança nas trocas de calor; dessa forma, a maior parte fica retida na atmosfera, causando o aumento da temperatura e, conseqüentemente, o aquecimento global. É importante ressaltar que a emissão de gases vem ocorrendo desde o século XVIII, com o advento da 1ª Revolução Industrial.

São elementos causadores do aquecimento global, além da concentração de poluente emitidos presentes na atmosfera, as queimadas, atividades industriais e o desmatamento.

Como conseqüências, podemos destacar uma série de alterações:

- mudanças na fauna e flora de todo o planeta;
- extinção de espécies;
- processo de desertificação de áreas naturais;
- secas mais constantes;
- redução na produção de alimentos, pois as áreas produtoras serão afetadas;
- maior ocorrência de desastres naturais como enchentes, inundações, tempestades, furacões;
- derretimento de áreas polares, causando aumento do nível das águas oceânicas e provocando o alagamento de áreas litorâneas, que podem ficar submersas; por conta dessa questão, podem ocorrer grandes deslocamentos humanos.

O **desenvolvimento sustentável** pode ser compreendido como uma forma de preservar os recursos naturais presentes no meio ambiente, utilizando os bens e recursos de maneira a não causar o comprometimento da disponibilidade para as gerações futuras.

A utilização de matérias-primas extraídas da natureza é feita sem comprometer o futuro dos seres humanos, aliada à prática de crescimento econômico e responsabilidade ambiental.

As práticas de extração de recursos que não são renováveis agravam essa situação – quanto mais predatória for a extração, maior será o comprometimento da extração de recursos em um futuro não muito distante. Assim, é extremamente importante que ocorra a busca da redução ou eliminação dos impactos provocados pela exploração de forma predatória.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na **Conferência de Estocolmo**, realizada em 1972, mas ganhou força em 1987, com a elaboração do Relatório “**Nosso Futuro Comum**”, também conhecido como **Relatório Brundtland**.

Na Conferência **Eco-92**, o conceito de “*satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”, além de ser a principal pauta de discussão, tornou-se um dos pilares para a elaboração do documento conhecido como **Agenda 21**, que buscava diminuir cada vez mais os impactos provocados pelo crescimento econômico das nações, bem como o aumento do consumismo pelo mundo.

Dentre as medidas de sustentabilidade propostas, pode-se destacar:

- redução ou eliminação do desmatamento;
- reflorestamento de áreas naturais que foram devastadas;
- preservação das áreas de proteção ambiental, como reservas e unidades de conservação de matas ciliares;
- fiscalização mais rígida por parte dos governos para questões de degradação ambiental;
- adotar a política dos 3 R's (Reduzir, Reciclar, Reutilizar) ou a política dos 5 R's (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar);
- contenção na produção de lixo e nas formas de descarte;
- redução na incidência de queimadas;
- diminuição de gases poluentes na atmosfera lançados por indústrias e veículos automotivos;
- utilização de fontes de energias limpas e renováveis;
- promover políticas de conscientização e educação ambiental.

O Brasil ocupa papel de destaque no cenário internacional, pois nosso território, devido à sua dimensão e volume de florestas nativas, tornou-se estratégico para a problemática ambiental no contexto internacional. Porém, os órgãos reguladores encontram dificuldades para execução e fiscalização das leis ambientais brasileiras.

Muitas atividades ligadas a setores como, por exemplo, o agroindustrial, provocam dualidade de pensamentos: os conflitos de interesses acabam se tornando inevitáveis.

Por exemplo: como desenvolver o país e promover crescimento na economia sem que ocorram agressões ao meio ambiente provocadas durante a execução dessas atividades (um dos princípios da sustentabilidade)? Em alguns casos, os setores que estão ligados a essas atividades têm nos governos, em todas as esferas de poder, aliados, e justificam-se dizendo que, para promover o desenvolvimento e o avanço da economia, a degradação é inevitável.

O grande desafio dos governantes e da sociedade civil é promover e implantar as políticas de sustentabilidade, pois elas apresentaram crescimento considerável nas últimas décadas.

O Brasil passou a ser presença constante nos foros de discussões sobre questões ambientais em nível internacional. Está, também, entre os maiores beneficiados por políticas financeiras internacionais que visam implantar políticas de desenvolvimento econômico sustentável, de acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

## GLOBALIZAÇÃO

### BLOCOS ECONÔMICOS

No mundo globalizado, os blocos econômicos consolidaram-se como organismos supranacionais que seriam responsáveis por conduzir as relações econômicas e comerciais na Nova Ordem Mundial.

Porém, o processo de surgimento de vários blocos econômicos deu-se pouco após o término da Segunda Guerra Mundial; nos anos 1990, os blocos multiplicaram-se pelo mundo.

Podemos conceituar **bloco econômico** como uma forma de **união** entre países de uma mesma região ou não, visando fomentar o crescimento de suas economias e estabelecer políticas de integração a fim de formar um mercado regional comum, estabelecendo facilidades tarifárias entre seus membros.

As associações de blocos econômicos podem possuir várias estruturas organizacionais. Um exemplo é a **União Aduaneira**, na qual ocorre a redução parcial ou total dos impostos nas relações comerciais entre os membros do bloco. Também existem as **zonas de livre comércio**, quando ocorre entre os países membros o comércio com a eliminação total de tarifas entre os seus membros.

Outra forma de organização de bloco econômico é o **Mercado Comum**, no qual os países membros usufruem de políticas igualitárias acerca da livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias, e tarifas externas diferenciadas para membros do bloco.

A **Zona de Preferência Tarifária** é uma modalidade de bloco econômico na qual as tarifas alfandegárias entre os países membros são fixadas de acordo com estratégias específicas. Por último, existe também a **União Econômica e Monetária** ou **União Política e Monetária**, na qual os países membros adotam uma moeda única, ocorrendo também a implantação de um organismo supranacional para as questões políticas de forma permanente.

Veja a seguir quais são os principais blocos econômicos do mundo:

#### Mercosul

O Mercado Comum do Sul é considerado o principal bloco econômico do hemisfério sul. Foi fundado em 1991 através da assinatura do Tratado de Assunção, e tem como seus principais membros (**signatários** – fundadores) Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Posteriormente, ocorreu a entrada da Venezuela; outros países estão na condição de membros **associados** (são países que tem vantagens comerciais, mas não as mesmas vantagens que os membros signatários, estabelecidas com a assinatura de acordos para estimular suas economias e trocas comerciais) como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname.

Existem também os membros **observadores** (países que podem acompanhar as reuniões do bloco, o andamento das negociações, mas não têm direito de voto): México e Nova Zelândia. Em 1994, o bloco passou por uma reestruturação e deixou de ser um mercado comum, passando a ser uma **União Aduaneira**, com o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) que determina os valores das tarifas cobradas nas importações e exportações dos países intrabloco e extrabloco.

Em 2018, as negociações entre os países fundadores totalizaram US\$ 44 bi, valor equivalente a quase dez vezes as trocas comerciais realizadas em 1991, ano em que o bloco foi oficializado.

### União Europeia

Foi efetivada em 1992, por meio da assinatura do Tratado de Maastricht, e é formada por vinte e sete países europeus. É o maior bloco do mundo em número de membros, volume de vendas e PIB.

Seu processo de formação teve início ainda nos anos 1940, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando se formou o Benelux, formado apenas por Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Assim, o bloco passou por várias etapas de integração e assinaturas de acordos até chegar no estágio atual.

A União Europeia passou por uma grave crise no ano de 2010, provocada por um descontrole nas contas públicas de alguns de seus membros, com destaque para a situação caótica dos gregos.

Recentemente, passou pela turbulenta saída de um de seus principais membros, a Grã-Bretanha. O **Brexit** (nome dado ao processo de saída da Grã-Bretanha) teve início em 2016 e só se finalizou em 2020, ficando, porém, com decisões e impasses a serem ainda resolvidos.

### USMCA

Esse novo acordo entre os três países da América do Norte foi criado em 2018 em substituição ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (na sigla em inglês, NAFTA). A proposta feita pelos Estados Unidos (principal economia do bloco) demorou a ser aceita pelos outros membros (Canadá e México).

Esse bloco caracteriza-se como área de livre comércio, com destaque para a produção automobilística, eletrônicos e algumas atividades do setor primário, como o mercado lácteo do Canadá.

### Outros blocos

Com menor expressividade, pode-se destacar, a Ásia, a **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (ASEAN). Há, ainda, a **Aliança do Transpacífico**, também asiática, mas com a presença de países de outros continentes, que acabou reformulada e transformada em **Parceria Econômica Regional Abrangente** (na sigla em inglês, RCEP), tornando-se o maior bloco comercial do mundo, tendo vista que a China está nele.

Na África, temos a **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral** (SADC); na América do Sul temos a **Comunidade Andina**, formada por países andinos.

É importante também destacar a formação da associação comercial dos países emergentes da economia mundial, no início deste século, denominada **BRICS**: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que

estabeleceram importantes parcerias comerciais por vários anos. Porém, nos últimos anos, as relações têm se enfraquecido.

## CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização tem como uma de suas principais características o processo de **integração** em vários setores ou campos da sociedade, como cultura, economia, política, finanças e questões territoriais.

Esse conjunto de mudanças em diversos setores da sociedade veio acompanhado de consequências negativas e positivas:

### ● Aspectos positivos:

- evolução dos meios tecnológicos;
- maior difusão da ciência e do conhecimento;
- maiores fluxos comerciais;
- expansão das multinacionais;
- maior circulação de pessoas e capitais;
- desenvolvimento nos setores de transportes e telecomunicações;
- maior desenvolvimento tecnológico;
- mercados mais competitivos;
- encontro entre diferentes culturas.

### ● Aspectos negativos:

- aumento da desigualdade entre ricos e pobres;
- enfraquecimento de culturas locais em detrimento de uma cultura global;
- crises econômicas em proporções mundiais;
- aumento do desemprego por conta dos avanços tecnológicos;
- exploração da mão de obra e da matéria-prima em países mais pobres;
- redução dos investimentos em países com menores níveis de desenvolvimento;
- criação de monopólios em países pequenos por conta da entrada de multinacionais.

## ETAPAS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

As etapas de integração econômica dizem respeito à estruturação em que os blocos econômicos se encontram; são adotadas como critérios para classificação. A seguir, listarem as etapas do menor para o maior nível de integração econômica.

### Zona de Preferência Tarifária

Nessa modalidade de bloco, as tarifas alfandegárias entre os produtos dos países-membros são fixadas de acordo com estratégias específicas que sejam vantajosas para as economias regionais.

Assim, os países que pertencem ao bloco terão vantagens na importação e exportação de produtos intrabloco.

Um exemplo de bloco econômico de Zona De Preferência Tarifária é a **Associação Latino Americana de Integração** (ALADI), que possui treze países membros, incluindo o Brasil.

### Mercado Comum

Nessa etapa, a liberdade de circulação não se restringe apenas a produtos, mas se estende a outros agentes do mercado, como serviços, capital e pessoas.

O estabelecimento de um Mercado Comum visa diminuir (sucessivamente, por meio de políticas), as barreiras físicas, técnicas e fiscais entre seus países-membros, possibilitando o fortalecimento regional e integral entre eles.

Um exemplo de Mercado Comum é a **União Europeia**.

### União Aduaneira

Na União Aduaneira, são fixadas as mesmas taxas de importação e exportação para qualquer país do grupo. Isso significa que um país externo compra e vende produtos para os países de uma União Aduaneira como se eles fossem (ao menos para fins comerciais) um mesmo país.

Um exemplo de bloco econômico de união aduaneira é o **Mercosul**.

### Área de Livre Comércio

As Áreas de Livre Comércio avançam nas medidas de protecionismo comercial dos países-membros, criando isenções tarifárias para produtos estratégicos. Assim, esses bens passam a ser comercializados como produtos nacionais, não como bens importados.

Nesse tipo de acordo, os produtos são isentos de taxas para circulação dentro do bloco, mas os países-membros ainda têm autonomia para criar taxas externas diferenciadas para países que estão fora do bloco, viabilizando a integração regional entre eles, sem influenciar suas políticas alfandegárias externas.

Um dos exemplos de bloco econômico de Área De Livre Comércio é o *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA), firmado em 2018 para dar continuidade à manutenção do NAFTA.

### União Política, Econômica e Monetária

Conserva as características dos demais blocos econômicos, indo além em sua integração, cujas características incluem a adoção de uma moeda comum para todos os países-membros e a organização supranacional permanente, com representantes de todos os países membros.

Assim, além da livre circulação de produtos, do estabelecimento de um mercado comum e da livre circulação de pessoas, a União Econômica, Política e Monetária estabelece a abordagem de políticas econômicas comuns para todo o bloco.

Um exemplo de União Econômica, Política e Monetária é a **União Europeia**, considerado o bloco econômico de maior integração do mundo.

## BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO

Na década de 1990, o governo Collor promoveu o processo acelerado de abertura econômica, e a situação gerou o aumento das importações. As empresas estatais foram privatizadas e houve redução da participação do Estado na tomada de decisões; foram realizadas reduções de subsídios e mudanças na estrutura industrial do país.

Esse cenário, que estimulava a competitividade, não proporcionou a pequenas e médias empresas o suporte financeiro e técnico para suportar e se adequar a essas mudanças; como consequência dessa situação, muitas empresas foram fechadas.

Essa dificuldade, presente no cenário econômico dos anos 1990, permanece até os dias atuais: os pequenos e médios empresários não conseguem realizar grandes investimentos em tecnologia, já que o crédito concedido para que os investimentos ocorram depende ainda da autorização burocrática e do resguardo do Estado; assim, o processo acaba emperrando.

Com essa forma de conduzir sua economia, o Brasil acabou implementando políticas econômicas neoliberais que se tornaram políticas de Estado.

No início dos anos 2000, o país passou por um período de crescimento econômico, com destaque para a política de exportações de bens primários (*commodities*).

O incentivo ao consumo do mercado interno criou condições que facilitaram o crédito; essas políticas econômicas proporcionaram índices de crescimento do PIB em torno de 6% ao ano.

Assim, o Brasil entrou no seleto grupo das maiores economias do mundo, chegando a ser classificado como um emergente e promissor membro da economia mundial. O país começou a integrar o grupo BRIC, composto por países com economias emergentes do mundo no período: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, o grupo passou a contar também com a África do Sul, mudando seu nome para **BRICS**.

O crescimento econômico do início do século não ocorreu na década seguinte, o Brasil passou por um processo de desaceleração econômica e seu PIB sofreu quedas constantes.

Os anos mais críticos, de maior recessão, foram entre 2014 e 2017, o que pode ser observado na tabela a seguir:

RESULTADOS DO PIB BRASILEIRO SEGUNDO O IBGE	
ANO	PIB
2010	7,5%
2011	4,0%
2012	1,9%
2013	3%
2014	0,5%
2015	-3,5%
2016	-3,3%
2017	1,1%
2018	2,2%
2019	3,5%

Fonte: IBGE.

A balança comercial (saldo entre importações e exportações) brasileira vem, desde 2017, operando de forma positiva e apresentando superávits (as exportações estão ocorrendo em maior volume que as importações – em resumo, o país está vendendo mais do que está comprando).

A eleição do presidente Jair Bolsonaro trouxe mudanças nas políticas externas. O Brasil voltou a ter maior aproximação com os Estados Unidos, governado pelo agora ex-presidente Donald Trump.

Foi adotada uma política econômica mais liberal, com reduzida participação do Estado, defendida pelo Ministro da Economia Paulo Guedes. Estava na pauta econômica uma série de privatizações em vários setores, porém, por enquanto, essa desburocratização e menor participação do Estado Brasileiro nas questões econômicas, propostas pelo Ministro, não ocorreram.

No cenário internacional, o Brasil possui como seus três maiores parceiros comerciais a China, os Estados Unidos e a Argentina. A Guerra Comercial que aconteceu entre Estados Unidos e China proporcionou pontos positivos para o Brasil em determinados setores, promovendo um maior rendimento nas exportações brasileiras para a China, com destaque para o agronegócio (em especial, a soja).

Porém, em 2020, ano atípico por conta da pandemia do novo *coronavírus*, as projeções para a economia do Brasil e de várias nações do mundo não são muito animadoras. De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), nosso país deve sofrer uma retração no seu PIB em torno de 5,8%.

## HISTÓRIA DO BRASIL: ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA DO BRASIL DE 1930 AOS DIAS ATUAIS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA; ECONOMIA E SOCIEDADE BRASILEIRA

### ERA VARGAS (1930–1945)

Washington Luís foi presidente do Brasil até outubro de 1930. Durante seu mandato, ocorreu uma série de eventos que levaram a uma transição política tumultuada. Em comparação a seu antecessor, Arthur Bernardes, o governo de Washington Luís foi relativamente tranquilo. No entanto, ninguém poderia prever os conflitos que surgiriam durante a transição de poder. Os problemas começaram quando Washington Luís insistiu em apoiar o candidato paulista, Júlio Prestes, como seu possível sucessor (Fausto, B., 2019; Pandolfi, 2010).

Nas eleições anteriores, os mineiros haviam aceitado que Washington Luís, representante dos interesses paulistas, fosse o candidato em 1926. Para equilibrar a chapa, o mineiro Fernando de Melo Viana foi escolhido como vice-presidente. No entanto, os mineiros não estavam dispostos a permitir que um representante dos interesses paulistas assumisse o poder novamente.

Em busca de apoio, os mineiros uniram-se aos gaúchos, que até então mantinham uma boa relação com o governo federal. Para garantir a participação dos gaúchos na disputa, os mineiros concordaram em permitir a candidatura de oposição de Getúlio Vargas, com João Pessoa como vice (Schwarcz; Starling, 2018; Fausto, B., 2019).

*No dia 1º de março de 1930, um sábado de Carnaval, os brasileiros que sabiam ler e escrever saíram de casa para eleger o próximo presidente da República — e escolher uma nova bancada de deputados federais. Essa seria a 12ª eleição presidencial da República brasileira. O pequeno número de eleitores — votava o brasileiro adulto, do sexo masculino e alfabetizado, correspondente a 5,6% da população [...].* (Schwarcz; Starling, 2018, p. 351)

Após a apuração das eleições, Júlio Prestes foi declarado vencedor em 1º de maio de 1930. Para Getúlio Vargas, não restava outra opção senão aceitar a derrota e reassumir o governo do Rio Grande do Sul.

No entanto, nem todos compartilhavam desse pensamento. Surgiu um movimento, conhecido como “tenentes civis”, que defendia uma resposta armada. Embora o movimento tenha recebido muitas adesões, inicialmente não possuía grande força. Entretanto, em 26 de julho, João Pessoa, vice na chapa de Vargas, foi assassinado por João Dantas, um adversário político.

Esse evento se tornou um marco, sendo o estopim para a revolução que se iniciou em 3 de outubro de 1930 em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. O presidente eleito, Júlio Prestes, foi deposto, e uma **junta provisória** foi estabelecida. Porém, a junta não conseguiu resistir às pressões. Getúlio Vargas dirigiu-se a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro, acompanhado por 3 mil soldados. Em 3 de novembro de 1930, ele assumiu a presidência do país. Com isso, terminava a Primeira República brasileira (Schwarcz; Starling, 2018; Fausto, B., 2019).

Após conquistar o poder, Getúlio Vargas decidiu manter-se no cargo, e não foram realizadas novas eleições; ele permaneceu como presidente do país por 15 anos. Durante esse período, ele implementou diversas medidas que tiveram impacto significativo, como afirma Boris Fausto (2019):

- **Centralização:** pouco tempo após assumir o Executivo, Vargas dissolveu o Congresso e assumiu também o Legislativo. Ele demitiu todos os governadores eleitos, com exceção do de Minas Gerais, e nomeou interventores federais em seus lugares. Em 1931, foi criado o Código dos Interventores, que estabelecia as normas de subordinação ao governo federal. Essa centralização não se limitou apenas à esfera política, mas também se estendeu à economia, com o controle da Política do Café sendo assumido por Vargas;
- **Educação:** os líderes políticos vitoriosos em 1930 tinham preocupação em formar uma elite intelectual mais bem preparada. Neste sentido, um marco importante foi a criação do Ministério da Educação e Saúde. Como ditador, Vargas também teve influência na área educacional;
- **Tenentismo:** os “tenentes”, que apoiavam Vargas, passaram a fazer parte de seu governo, defendendo a continuidade de sua ditadura. Eles foram utilizados para combater as oligarquias estaduais.

No ano de 1932, as lideranças políticas começaram a suspeitar de que Vargas tinha a intenção de prolongar o seu governo provisório, o que levou à mobilização para exigir eleições imediatas. Os paulistas estavam cada vez mais insatisfeitos com o governo de Vargas, que havia retirado deles o controle sobre a produção de café e também a autonomia do Estado, ao nomear interventores.

As tensões intensificaram-se quando Vargas indicou um nordestino como interventor em São Paulo, pois havia um grande preconceito contra a população nordestina na época. Em 1932, os paulistas passaram a exigir a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, havia um sentimento evidente de que São Paulo estava “carregando o peso” do restante do Brasil, e alguns chegaram a pregar o separatismo caso suas demandas não fossem atendidas (Schwarcz; Starling, 2018).

No dia 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. Os paulistas esperavam contar com o apoio dos mineiros e rio-grandenses, porém esse apoio não veio. Na verdade, o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, apoiou Vargas e enviou tropas para combater os paulistas. São Paulo viu-se sozinho em meio ao conflito com o governo federal, contando apenas com a Força Pública e a mobilização popular. O plano dos paulistas era atacar a capital da República e colocar o governo “contra a parede”, buscando negociar ou forçar uma capitulação. No entanto, eles falharam em seu plano, uma vez que o governo federal possuía uma enorme superioridade militar (Fausto, B., 2019).

*Em 1º de outubro de 1932, São Paulo assinou a renúncia. Num gesto característico, Vargas primeiro acertou as contas: prendeu os rebeldes, expulsou os oficiais do exército, cassou os direitos civis dos principais implicados no levante, despachou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reorganizar a Força Pública e reduzi-la ao status de órgão policial. A elite paulista estava derrotada. (Schwarcz; Starling, 2018)*

O ano de 1934 foi marcado pela promulgação da Constituição em 14 de julho, que colocava fim no Governo Provisório de Vargas.

### IMPORTANTE!

Essa nova constituição estabelecia o sistema de República Federativa no Brasil.

No dia seguinte, em 15 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte como presidente. Seu mandato estava previsto para terminar em 3 de maio de 1938.

Segundo a nova Constituição, a partir do fim do mandato do presidente Vargas, as eleições para a presidência da República deveriam ser diretas, ou seja, o povo teria o direito de escolher diretamente o próximo presidente. Mas o golpe no Novo Estado frustrou as expectativas democráticas (Fausto, B., 2019; Vianna, 2010).

*No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra — general Dutra — se opusera a que a operação fosse realizada por forças do exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase da política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo. (Fausto, B., 2019, p. 311)*

Vargas foi o único civil a comandar uma ditadura no Brasil. Esse regime, que tocava as orlas do fascismo europeu<sup>1</sup>, teve como base a leitura de alguns pensadores conservadores, como Alberto Torres, que defendia a ideia de que era responsabilidade do Estado organizar a sociedade, realizar mudanças no país e dar um propósito à nação (Schwarcz; Starling, 2018). Uma das sugestões apresentadas consistia na implementação de controle social por meio da presença de um Estado poderoso liderado por um indivíduo carismático, com a habilidade de guiar as massas em direção à estabilidade (Capelato, 2010).

Durante o período do Estado Novo de Vargas, que ocorreu entre 1937 e 1945, houve uma forte presença de autoritarismo, centralização de poder, restrição das liberdades civis e políticas, censura à imprensa e perseguição política.

Vargas também implementou princípios trabalhistas, com políticas voltadas para os direitos dos trabalhadores. Um exemplo disso foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, que estabeleceu direitos e garantias para os empregados, refletindo sua tentativa de conciliar o controle estatal com uma abordagem favorável aos interesses trabalhistas. Além disso, Vargas impulsionou a industrialização e exerceu controle sobre a economia, buscando consolidar um Estado forte com base em sua liderança carismática.

Após enfrentar intensa pressão, em 28 de fevereiro Getúlio Vargas anunciou que eleições seriam realizadas em um prazo de 90 dias. Em 2 de dezembro de 1945, ocorreriam as eleições para a presidência da República, e em 6 de maio de 1946, para os governos estaduais. Vargas declarou que não seria candidato, mas foi durante seu governo que surgiu a candidatura de Dutra, então ministro da Guerra. O principal opositor seria Eduardo Gomes (Schwarcz; Starling, 2018; Fausto, B., 2019).

## O PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945–1964)

Em 1945, ocorreram as eleições no Brasil, com a participação de três partidos que disputaram o voto do povo (Gomes; Ferreira, 2023).

A União Democrática Nacional (UDN), que surgiu no início de 1945 como um movimento contra a ditadura do Estado Novo, defendia a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

O Partido Social Democrático (PSD), por sua vez, buscava associar-se à herança política de Vargas, embora tenha sido oposição nas eleições, sem conspirar contra a figura de Vargas.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era o partido de Vargas, e seu candidato foi Dutra. Conforme Gomes e Ferreira (2023):

*PSD e PTB surgiram sob a égide do getulismo, enquanto a UDN tinha perfil radicalmente antigetulista e antitrabalhista. (Gomes; Ferreira, 2023, p. 261)*

Dutra, ex-ministro de Vargas, recebeu o apoio do ex-presidente Vargas em 28 de novembro. Nas eleições, Eduardo Gomes foi surpreendido pela vitória de Dutra, que obteve 55% dos votos, contra 35% de Gomes.

Vargas foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, além de deputado em sete estados. Na época, era possível candidatar-se dessa forma. Ele assumiu como senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.

Dutra tomou posse em 1946 e, em 18 de setembro do mesmo ano, foi promulgada a nova Constituição brasileira, que se distanciava da Carta de Vargas de 1937. O governo Dutra pode ser caracterizado, do ponto de vista da política econômica, como seguidor de uma abordagem liberal, condenando a intervenção estatal e abolindo os controles estabelecidos pelo Estado Novo (Fausto, B., 2019).

*A segunda eleição presidencial ocorreu em outubro de 1950 e, nesse caso, vê-se o desenho de uma crise política que se inicia quando da apresentação das candidaturas, mas não cessa durante o governo do eleito. Isso porque Getúlio Vargas se lançou candidato pela coligação do PTB com o Partido Social Progressista (PSP), retomando em sua campanha o discurso trabalhista e nacionalista construído após 1942, no Estado Novo. A promessa era dar curso ao projeto nacional-desenvolvimentista e estender a política de benefícios sociais aos trabalhadores. (Gomes; Ferreira, 2023, p. 267)*

A oposição a Vargas foi liderada pela UDN, novamente com a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD também apresentou um candidato, mas, ao perceber que suas chances eram mínimas, decidiu apoiar a candidatura de Vargas. Com 48,73% dos votos, Vargas foi eleito presidente da República, enquanto Eduardo Gomes obteve 29,66% dos votos. Os derrotados tentaram invalidar as eleições, mas seus planos foram frustrados. Vargas assumiu a presidência (Gomes; Ferreira, 2023).

Em seu primeiro mandato em um regime democrático, eleito pelo povo, Vargas enfrentou dificuldades para manter-se no poder, com uma oposição forte. Ele conservou um discurso semelhante ao dos governos anteriores, enfatizando o nacionalismo e o trabalhismo.

Na oposição, destacava-se Jânio Quadros, que baseou sua campanha no populismo. Diante das pressões, Vargas tomou uma medida desesperada ao aumentar os salários em 100%. No entanto, as pressões continuaram e, em um último ato, Vargas cumpriu sua promessa — “só morto deixo o Catete”. Em 24 de agosto, ele cometeu suicídio no Palácio do Catete (Fausto, B., 2019).

*Em frente ao Catete, cerca de 1 milhão de pessoas tentavam ver o corpo de Getúlio; muita gente chorava compulsivamente, outros desmaiavam, e havia quem, ao entrar na sala onde ocorria o velório, se agarrasse ao caixão [...]. O suicídio de Vargas frustrou a oposição, que, desorientada, viu escapar a oportunidade de acirrar a crise, desmoralizar o presidente com a renúncia e abrir caminho para o golpe militar. (Schwarcz; Starling, 2018, p. 411)*

O PSD foi o primeiro partido a lançar um candidato nas eleições: Juscelino Kubitschek. Um mês depois, a UDN lançou Juarez Távora como candidato. No dia 3 de outubro de 1955, Juscelino estava na liderança, com 36% dos votos. João Goulart fez campanhas contra a posse de JK, mas não obteve sucesso.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino tomou posse como presidente. Comparado ao governo de Vargas, seu mandato foi marcado por tranquilidade e estabilidade política. Durante seu governo, foi construída a cidade de Brasília. Em 1960, ocorreram novas eleições, e dessa vez Jânio Quadros saiu vitorioso em outubro. Ele foi o primeiro presidente da República a tomar posse em Brasília (Fausto, B., 2019).

Após assumir a presidência, ficou evidente que Jânio Quadros era habilidoso em conquistar votos, mas enfrentava dificuldades em administrar o país e lidar com a política. Ele entrou em conflito com o Congresso, com o vice-presidente Jango e com a imprensa. Em 25 de agosto de 1961, apenas alguns meses após

tomar posse, Jânio convocou os ministros militares e anunciou sua renúncia no palácio. A renúncia nunca foi devidamente explicada à população brasileira. Seu vice-presidente, João Goulart, assumiu o cargo em 7 de setembro de 1961 (Schwarcz; Starling, 2018).

As próximas eleições democráticas estavam programadas para ocorrerem em 1965. No entanto, em 19 de março de 1964, em São Paulo, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Essa marcha demonstrou aos defensores de um golpe que havia uma base social de apoio significativa.

O último ato de Jango foi perigoso, ao discursar no Rio de Janeiro em uma assembleia de sargentos, enquanto o golpe já estava em andamento. O general Olímpio Mourão Filho precipitou o então presidente e, em 31 de março, seguiu com tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Em 1º de abril, o cargo de presidente da República foi declarado vago. Brizola tentou mobilizar tropas e a população, mas não obteve resultados. O Brasil vivia o fim da experiência democrática (Fausto, B., 2019).

## A DITADURA MILITAR (1964–1985)

Durante o regime militar, não havia uma hegemonia ideológica entre os militares. Existiam diferentes correntes, como os castelistas, a linha dura e os nacionalistas, cada um com seu poder oscilando ao longo do período. Além disso, o governo não era exclusivamente militar, pois também havia a participação de civis no poder. E **atenção**: não houve campanhas para mobilizar as massas em apoio ao governo.

Nas universidades e nos meios culturais, as ideologias de esquerda continuaram presentes (Fausto, B., 2019). Durante esse período, ser estudante no Brasil era extremamente perigoso. Um evento que marcou essa época foi a morte de Edson Luís durante uma manifestação, o que transformou o movimento estudantil em um movimento social de massa. Um exemplo marcante desse clima de repressão foi a missa de sétimo dia de Edson Luís, que ocorreu em uma igreja cercada por fuzileiros e pela cavalaria. Diante dessa situação, 15 padres uniram-se, formando uma corrente para garantir a segurança dos fiéis (Schwarcz; Starling, 2018).

Lamarca, oficial do exército, abandonou o exército para juntar-se aos guerrilheiros; ele assaltou um depósito de armas do quartel, e pretendia montar um foco guerrilheiro. Essa foi a constatação de que a esquerda revolucionária estava disposta a pegar em armas e lutar contra o sistema vigente, o que despertou a ira dos militares. Lamarca foi morto em 1971, pelos militares.

Outro representante dos revolucionários era Marighella. Sua morte representou o início da ofensiva dos militares. Além da repressão violenta, os militares usaram a censura para calar os que se opunham ao regime. Livros foram proibidos e alguns artistas foram obrigados a buscar o exílio. Um dos maiores historiadores do Brasil, Caio Prado Júnior, foi preso. A tortura fazia parte dos métodos do governo (Schwarcz; Starling, 2018).

*O regime pôs fim ao populismo, o que significa que a classe operária deixou de ser utilizada como um recurso do poder. Os grupos que tinham obtido voz no período anterior - a classe operária, os estudantes e os camponeses - perderam força. (Fausto, B., 2019, p. 437)*

Em 15 de março de 1985, ocorreu a saída do poder do último general a governar o Brasil, João Figueiredo. No entanto, ele se recusou a passar a faixa presidencial ao seu sucessor. A tomada de posse do presidente eleito de forma indireta, Tancredo Neves, estava programada para 15 de março de 1985. No entanto, devido a uma doença, Tancredo não pôde assumir o cargo, e quem subiu a rampa do Planalto foi José Sarney. Tancredo faleceu em 21 de abril de 1985 (Fausto, B., 2019).

## REDEMOCRATIZAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS (1985–2010)

Quando José Sarney assumiu a presidência, a situação econômica estava melhor do que em alguns anos anteriores, principalmente devido ao impulso nas exportações. Em 28 de fevereiro, o então presidente lançou o Plano Cruzado, que substituiu a moeda cruzeiro. Houve reajuste salarial e congelamento de preços de mercadorias, o que estimulou o aumento do consumo. No entanto, o plano não obteve sucesso e a inflação disparou.

Em 1986, ocorreram eleições para governadores, deputados e senadores. No ano seguinte, em 1987, foi formada a Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na promulgação da Constituição de 1988, em vigor até hoje. Essa Constituição foi um acontecimento importante, pois marcou o fim dos últimos vestígios da ditadura.

Ao entrar na década de 1990, o Brasil passou por inúmeras mudanças no âmbito político. A economia era uma das mais fechadas do mundo capitalista, e quase não cresceu durante a década. A dívida externa era gigante. As tentativas de combate à inflação fracassaram e o aumento inflacionário tornou-se cada vez maior. O Brasil não entrou na nova década com uma posição favorável para retomar seu crescimento econômico (Fausto, S., 2019).

*Nesse processo, cresceram a pobreza e a desigualdade social, visto que os mais pobres não encontravam com a proteção contra os efeitos corrosivos da inflação (nem salários indexados nem acesso a aplicações financeiras indexadas). Ganhavam com a inflação os bancos, grandes empresas - sobretudo as que geravam grandes sobras de caixa para aplicação no mercado financeiro - e o Estado, principalmente porque a inflação corroía o valor das despesas programadas nos orçamentos públicos, enquanto a receita estava protegida pela indexação dos tributos. (Fausto, S., 2019, p. 470)*

Após o governo de José Sarney, houve um breve mandato presidencial de Fernando Collor, que acabou sendo encerrado com seu impeachment. Logo após assumir a presidência, em 15 de março de 1990, Collor anunciou uma medida conhecida como “confisco”, que consistia no bloqueio de ativos financeiros acima de 50 mil cruzeiros novos. Em 1992, o irmão mais novo do presidente, Pedro Collor, fez denúncias de corrupção envolvendo o presidente. Isso levou à abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) solicitada por um deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), que deu início às investigações que resultariam no depoimento de Collor. Como resultado, outro vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência (Fausto, S., 2019).

O próximo presidente eleito após o impeachment de Collor foi Fernando Henrique Cardoso, mais conhecido como “FHC”. As eleições ocorreram em 3 de outubro de 1994, e seu opositor foi Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. No início da década de 1990, estima-se que cerca de 40% dos brasileiros viviam na pobreza. No entanto, após a implementação do Plano Real, esse número diminuiu para 35% e, posteriormente, para 20%. Durante o governo de FHC, houve uma estabilização econômica após uma década de inflação alta. Além disso, um fator importante de seu governo foi a consolidação da democracia no Brasil.

Ele realizou uma transição tranquila para seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito presidente da República em outubro de 2002, em sua quarta disputa eleitoral, derrotando José Serra. Lula venceu com 61% dos votos. No início dos anos 2000, houve mudanças significativas na população brasileira. Cerca de 30 milhões de brasileiros saíram das classes “D” e “E” e passaram a fazer parte da classe “C” entre os anos de 2003 e 2009 (Fausto, S., 2019; Schwarcz; Starling, 2018).

Após ser reeleito em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva passou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, também do PT, em 2010. Dilma foi reeleita em 2014, mas acabou sofrendo um processo de impeachment durante seu segundo mandato.

Michel Temer, então vice-presidente, assumiu a presidência. A partir de 2012, o país começou a enfrentar dificuldades econômicas, apesar do pleno emprego. Indicadores mostravam a piora das contas públicas. Em 2015, a economia entrou em uma recessão acentuada.

Essa situação foi agravada pela crise mundial da covid-19 e pela gestão do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Nas eleições de 2022, Bolsonaro foi derrotado nas urnas pelo candidato petista, Lula, que atualmente, em 2023, governa o país (Schwarcz; Starling, 2018).